

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.009 - SP (2019/0259268-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : TRANSPAULO LOGISTICA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : OTTO WILLY GÜBEL JÚNIOR E OUTRO(S) - SP172947
CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO - SP329487
ARTHUR FONSECA CESARINI - SP345711
NATHÁLIA ALBUQUERQUE LACORTE BORELLI - SP424041
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 10A VARA CÍVEL DE GUARULHOS - SP
SUSCITADO : JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
INTERES. : ISAIAS NOGUEIRA BORGES
ADVOGADO : SAMAEL FREITAS GUEDES - RO002596

DECISÃO

Cuida-se de **conflito positivo de competência**, com pedido liminar, instaurado por TRANSPAULO LOGÍSTICA LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, envolvendo o r. Juízo de Direito da 10.^a Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP, no qual se processa a recuperação judicial da suscitante (Processo nº 1025650-49.2017.8.26.0224), e o r. Juízo da Vara do Trabalho de Guajará-Mirim/RO, onde tramita a Reclamação Trabalhista nº 0000322-30.2016.5.14.0071, ajuizada por Isaias Nogueira Borges.

Afirma a suscitante que formulou pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido em **21/07/2017** pelo Juízo de Direito da 10.^a Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP, com posterior suspensão de atos executórios relativos a créditos trabalhistas. (fls. 291/292)

Sustenta, contudo, que o **r. juízo** suscitado determinou o prosseguimento da ação reclamatória trabalhista em apreço, embora caiba ao juízo universal, com exclusividade, a deliberação de definição acerca do caráter concursal ou extraconcursal de créditos em processos de recuperação judicial. (fl. 253/258)

Postula, liminarmente, a fixação da competência do r. Juízo da 10.^a Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP, para decidir sobre as questões que afetam o patrimônio da suscitante, bem como a suspensão do curso da ação reclamatória trabalhista n.º 0000322-30.2016.5.14.0071.

No mérito, requer a confirmação da liminar, no tocante à competência do magistrado recuperacional. (fls. 1/31)

Às fls. 355-357, este signatário deferiu, em parte, o pedido liminar a fim de sobrestar quaisquer determinações constritivas/expropriatórias que, nos autos da

Superior Tribunal de Justiça

Reclamatória Trabalhista n.º 0000322-30.2016.5.14.0071, em curso no r. Juízo da Vara do Trabalho de Guajará-Mirim/RO, afetem o patrimônio da suscitante, e **designar** o Juízo da Recuperação Judicial da 10.ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP, para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes, até ulterior deliberação deste relator.

Prestadas das informações (fl. 361-378), o MPF opina pelo não conhecimento do presente conflito de competência. (fls. 388-390)

É o relatório.

Decide-se.

O presente conflito de competência **não** merece conhecimento.

1. Nos termos do art. 66 do NCPC, o conflito de competência se configura quando dois ou mais juízes declaram-se competentes ou consideram-se incompetentes para o processamento e julgamento de uma mesma demanda ou quando existir controvérsia acerca da união ou separação de processos entre duas ou mais autoridades judiciárias. (*ut.* AgRg no CC 101.624/DF, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe 24/08/2018)

O caso dos autos, todavia, não se amolda às hipóteses previstas no referido dispositivo legal, pois como se pode depreender dos documentos juntados, o r. juízo laboral determinou a transferência dos valores bloqueados na reclamatória para conta vinculada ao juízo recuperacional (fl. 385), de modo que não há, de fato, conflito a ser dirimido por este Superior Tribunal de Justiça ante a inexistência dos requisitos exigidos pelo supramencionado art. 66 do NCPC, sendo, pois de rigor o não conhecimento do presente expediente.

2. Do exposto, com fundamento no art. 66, do NCPC c/c Súmula 568/STJ **não conheço** do presente conflito de competência.

Revoga-se, pois, a liminar de fls. 355-357.

Publique-se. Intimem-se. Oficie-se aos r. juízos suscitados.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator